

# As restrições de modo de predicados verbais introduzidos por *crer* e *duvidar*; uma abordagem enunciativa

Helena Virgínia Topa Valentim  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – UNL

## 1. Introdução

Tendo em vista a descrição e, sobretudo, a procura de uma explicação para as restrições de modo de predicados verbais introduzidos por *crer* e *duvidar*, gostaria, antes de mais, de me debruçar sobre a subordinação – particularmente, conforme é descrita enquanto fenómeno sintáctico – e, com base numa perspectiva transcategorial, introduzir uma caracterização enunciativa da mesma. É aliás – veremos – segundo este ponto de vista enunciativo que poderemos explicar o modo das subordinadas em geral e, particularmente, das subordinadas aqui em análise.

Como ponto prévio, ressalto que, embora algumas considerações se apliquem à generalidade das configurações classificadas como estruturas de subordinação (cujas proposições subordinadas podem corresponder a completivas-nominais, a completivas-relativas, a circunstanciais temporais, causais, etc.), destacarei as estruturas de subordinação que integram proposições subordinadas de natureza completiva-nominal (que têm, portanto, a função de complemento de objecto), comportando um verbo finito (subordinadas nominais introduzidas pelo complementador *que*). Esta delimitação impõe-se pelos predicados introdutores que aqui me proponho tratar (*crer* e *duvidar*).

### 1.1 Subordinação como fenómeno sintáctico

A relação entre a estrutura de subordinação e o emprego dos modos indicativo e conjuntivo é bastante consensual. Segundo a gramática tradicional, atribui-se a dependência em causa à natureza do predicado da estrutura matriz (verbo ou adjectivo modal) o que permite o estabelecimento de um esquema de correspondência sistemática entre cada predicado susceptível de ocorrer na estrutura matriz e o modo por este seleccionado (ou os modos seleccionados, nos casos em que seja possível o contraste). É em função desta correspondência que se estabelecem classes semânticas de verbos que ocorrem apenas com o indicativo ou apenas com o conjuntivo ou que admitem uma alternância indicativo / conjuntivo.

O modo dos predicados verbais das subordinadas surge, assim, na generalidade dos estudos, como uma consequência sintáctica da regência exercida pela estrutura subordinante sobre a subordinada, mais precisamente como uma consequência

sintáctica das restrições impostas pelos predicados introdutores das diferentes classes semânticas.

É corrente uma concepção da subordinação – aliás, da estrutura de qualquer frase complexa – como forma de associação entre duas estruturas de frase, com base num processo de encaixe (na perspectiva da análise funcional da frase, por exemplo). Por sua vez, este encaixe institui uma relação dissimétrica de dependência entre os dois segmentos assim postos em relação. Nesta perspectiva, como dizíamos, o emprego do conjuntivo e do indicativo na proposição subordinada é explicado enquanto seleccionado por um elemento do contexto, anterior à proposição em que ocorre (predicado verbal ou adjectival).

## 2. Caracterização enunciativa da subordinação

Para uma abordagem enunciativa da subordinação, isto é, com vista à concepção de um modelo enunciativo da subordinação, é fundamental que nos situemos numa perspectiva transcategorial, que integra os vários níveis da construção do enunciado num todo descritivo e sem descontinuidade (senão por conveniência metodológica e de explicação metalinguística).

Os trabalhos existentes sobre a subordinação no quadro da Teoria Formal Enunciativa<sup>1</sup> partem da orientação geral apontada por Antoine Culioli ao afirmar que “une lexis<sup>2</sup> peut être composée avec une autre lexis et [...] on peut construire une relation de repérage entre lexis” (1982 [1999 t.2: 101]).

### 2.1 Subordinação como instanciação de um lugar ao nível predicativo

Assim sendo, e partindo da formulação culioliana, a subordinação (independentemente das configurações que possa assumir), implica uma imbricação de dois conteúdos proposicionais, de duas relações predicativas. No caso dos enunciados em que ocorrem subordinadas de natureza completiva-nominal – que, no contexto desta comunicação, mais nos interessam – a proposição subordinada (ou “relação imbricada” (Deschamps, 1997)) instancia, ao nível predicativo, um lugar argumental no seio do esquema abstracto associado à proposição matriz, isto é, no seio da estrutura matriz (“relação imbricante” (*idem*)). Deve-se, pois, por um lado,

<sup>1</sup> Veja-se, entre outros, o artigo de Cola-Selaki (1992), a propósito da distinção entre “subordination temporelle” e “subordination subjective”, assim como Robert (1991 e 1995), sobre o “mode subordinatif” em wolof. É também de referir, nesta linha, o trabalho de Le Goffic (1993b), sobre a classificação das subordinadas em francês. Mais recentes, refiram-se os importantes trabalhos de Deschamps (1997), em que se propõe um tratamento enunciativo dos complementos proposicionais dos verbos (com *exemplarium* do inglês), de Wyld (2001), sobre subordinação e enunciação a propósito do inglês, e de Chuquet (2001), sobre subordinação e construção de valores modais, ainda a propósito do inglês, a partir das conclusões propostas num outro artigo (Chuquet; M. Paillard, 1988) sobre a questão da modalidade nas subordinadas.

<sup>2</sup> Uma lexis corresponde a um conteúdo proposicional e representa uma entidade de um grau elevado de abstracção.

perspectivar a subordinação como um processo que se dá ao nível da construção da relação predicativa associada à relação imbricante<sup>3</sup>, isto é, como instanciação de um lugar ao nível predicativo.

Por outro lado, a subordinação é perspectivável como um dispositivo de marcação de operações ao nível da determinação enunciativa da relação predicativa complexa, marcando a determinação de valores temporais, aspectuais e modais do enunciado.

## 2.2 Subordinação como dispositivo de modalização

Supondo já como adquiridas as etapas da construção de uma relação predicativa, uma relação predicativa (saturada, neste caso) assume o estatuto de enunciado quando é localizada em relação à situação de enunciação origem ( $Sit_0$ ) o que lhe confere um valor referencial. A operação de localização em relação a  $Sit_0$  implica em particular a determinação modal do enunciado: a localização em relação ao parâmetro subjectivo (S) permite estabelecer uma origem enunciativa (ou sujeito enunciador –  $S_1$ ) e permite assim a estabilização de um valor para uma relação predicativa.

Os enunciados em que ocorrem completivas-nominais apresentam um valor modal-aspectual que se prende com a forma como se constrói uma fonte modal ou fonte assertiva ( $S_1$  – sujeito de índice 1), lexicalmente expressa, identificada com a fonte enunciativa (ou sujeito enunciador –  $S_0$ ) (1ª pessoa), diferenciando-se desta (2ª pessoa) ou em ruptura com esta (3ª pessoa). Essa fonte modal, coincidente com o sujeito sintáctico ( $S_1 = S_2$ ), é o localizador do valor modal construído, comprometido, em maior ou menor grau, com a validação da relação imbricada. No caso dos predicados *crer* e *duvidar*, em virtude do seu semantismo enquanto expressão de uma actividade cognitiva, a fonte modal, assim construída – isto é, construída como garante, seja da validação, não validação ou mesmo da validabilidade ou não validabilidade da relação imbricada – institui-se enquanto sujeito cognitivo. É desta forma que a construção do valor de determinação modal do enunciado é também tributária do semantismo do predicado da relação imbricante, e tem igualmente como marcador o modo, indicativo ou conjuntivo, da forma verbal da relação imbricada, ou seja, a forma como a relação predicativa imbricada é, em si mesma, construída como validada ou não validada (com o verbo no indicativo) ou como validável ou não validável (com o verbo no conjuntivo).

## 3. Verbos *crer* e *duvidar*

Por se enquadrarem nesta descrição enquanto verbos que marcam um determinado grau de validação da relação imbricada, os verbos *crer* e *duvidar* (como, aliás,

<sup>3</sup> São susceptíveis desta descrição ao nível predicativo diversos tipos de subordinadas nominais, mas limitando-nos ao caso das subordinadas que comportam uma forma verbal finita, são representantes desta configuração as subordinadas nominais (ou completivas) introduzidas por *que* e introduzidas por *se* (interrogativas indirectas).

os verbos *acreditar*, *pensar*, *achar*) são, portanto, veiculadores de um juízo, ou seja, expressão de um determinado grau de conhecimento atribuível a  $S_1$ , que repousa sobre um raciocínio por inferência e incide sobre o conteúdo proposicional expresso ao nível da relação imbricada. Pelo facto de *crer* marcar, na forma assertiva positiva, a validação da imbricada (enunciado (1)), *crer* é dotado de sentido positivo. Inversamente, por, na forma assertiva positiva marcar a não validação da imbricada (enunciado (3)), *duvidar* é dotado de sentido negativo. Ambos os verbos são, pelo seu semantismo, marcadores de modalidade epistémica, especificamente, de um valor modal “quase-certo”, situado entre os pólos positivo e negativo da escala de valores assertivos, correspondendo, segundo proposta de Horn (1975) ao valor escalar médio. Além disso, em virtude deste mesmo valor modal, são verbos que, na forma assertiva positiva, exprimem uma asserção fraca (cf. Borillo, 1982), isto é, marcam que a relação imbricada é validada subjectivamente, mas não assertada.

O verbo introdutor *crer*, em enunciados cujo valor modal é assertivo positivo, admite um contraste entre o indicativo e o conjuntivo. Vejam-se os enunciados (1) e (2):

- (1) Creio que isto é um verdadeiro parque de educação ambiental (c. jorn.: 71/J21440)
- (1') ?Creio que isto seja um verdadeiro parque de educação ambiental
- (2) Creio que isto seja um parque de educação ambiental

(nestes enunciados, como nos seguintes, opta-se por uma fonte modal identificada com a fonte enunciativa ( $S_0$ ), uma vez que, no caso dos enunciados em análise, a ocorrência de outros sujeitos não acarretaria alterações de fundo em termos da determinação dos enunciados)

Os enunciados (1) e (2) expressam formas de crença distintas. A alternância de modos na subordinada resulta numa conseqüente diferença em termos da construção da significação, mais propriamente em termos da determinação modal de cada um dos enunciados. Em (1), o modo indicativo (*é*) marca que a relação predicativa imbricada é construída como validada na situação de enunciação em curso, isto é, que localiza o enunciado. O sujeito, fonte modal ( $S_1$ ), ao validar a relação predicativa imbricada, exprime o grau de assunção da mesma: a relação predicativa imbricada é localizada em relação a uma fonte modal, cujo conhecimento (*creio*) não lhe permite assertar, mas sim construir uma validação subjectiva.

No caso do enunciado (2), o modo conjuntivo (*seja*) marca que a relação predicativa imbricada é construída como validada numa situação de enunciação distinta da situação de enunciação em curso – correspondendo, neste caso a um pré-construído – ou que não terá sido sequer construída. Ao construir um juízo sobre este pré-construído ou esta eventualidade, isto é, ao exprimir o grau de assunção da relação predicativa imbricada, o sujeito constrói-a como subjectivamente validável.

Em ambos os enunciados, é de maneira inferencial que o sujeito (S<sub>1</sub>) exprime o grau de assunção da relação predicativa imbricada.

A questionável boa formação de (1') deve-se à presença de *verdadeiro* que, dispensável para a boa formação do enunciado (1), marca o valor de alto grau da noção /parque ambiental/, isto é, a validação de uma ocorrência da mesma noção e da relação predicativa. Este valor de validação inerente à relação predicativa <ser um verdadeiro parque de educação ambiental> é dificilmente conciliável com o carácter validável de que o conjuntivo é marca.

Em completivas de *duvidar*, que integram enunciados cujo valor modal é assertivo positivo, não se dá o contraste indicativo/conjuntivo. O verbo da imbricada ocorre, invariavelmente, no conjuntivo. Vejam-se o enunciado (3) e a má formação de (4):

- (3) Duvido que o partido considere as autárquicas um ponto intermédio do mandato (c. jorn.: J.Pub.-970131 fp07)
- (4) \*Duvido que o partido considera as autárquicas um ponto intermédio do mandato

Veiculado ao nível da relação predicativa imbricante, o sentido negativo da orientação do conhecimento de que o verbo *duvidar* é expressão, isto é, a não validação da relação predicativa, revela-se incompatível com um valor assertivo inerente à relação predicativa imbricada de (4), cujo verbo ocorre no indicativo. É esta impossibilidade de, numa mesma situação de enunciação, termos a validação das duas relações predicativas – a imbricante com sentido negativo, e a imbricada com valor assertivo (positivo ou negativo) – que parece explicar a má formação de (4) e a correlativa boa formação de (3).

Afectando agora o enunciado (1) de uma modalidade negativa ao nível da relação imbricante, temos o enunciado (5):

- (5) Não creio que isto seja um parque de educação ambiental

Em (5), pela negação do verbo da imbricante (*não creio*), a posição do operador linguístico de negação regista uma subida, pois a negação incide semanticamente sobre a relação imbricada e não sobre a imbricante. Portanto, o enunciado (5) equivalerá semanticamente a (6):

- (6) Creio que isto não é um parque de educação ambiental

Encontramos aqui um facto clássico sublinhado em numerosos estudos sobre verbos ditos “de crença” ou “de opinião” (Horn, 1975; Cherchi, 1983; Ratié, 1991; Chuquet, 2001) (isto é, sobre verbos que marcam um valor assertivo fraco), identi-

ficado enquanto característica sintáctica comumente designada como “negação antecipada” (gramática tradicional), ou “subida”, “transferência” ou “transporte” da negação (gramática transformacional).

Esta equivalência semântica entre (5) e (6) deve-se ao facto de a modalização negativa ao nível da imbricante não comprometer a localização da relação predicativa imbricada em relação à fonte modal  $S_1$ . A negação ao nível da imbricante (5) não bloqueia a responsabilização da fonte assertiva ( $S_1$ ) em relação ao carácter não validável (veja-se o emprego do conjuntivo – *seja*) da relação predicativa imbricada. É sempre a relação predicativa imbricada – <isto ser um parque de educação ambiental> – que é negada, que é construída como subjectivamente não validável (*não seja*). Aliás, negar, de maneira explícita, o carácter validável da relação imbricada (P) (*não crer que P*) é viabilizar que, por inferência, se opte pelo complementar linguístico de P, isto é, por *não-P* (*crer que não-P*) (cf. Ratié, 1991).

O facto de o fenómeno da subida ou transporte da negação ser partilhada com outros verbos introdutórios de completivas – como *julgar*, *acreditar*, *concluir*, *pensar* – cujo semantismo marca uma determinada modalização da relação predicativa imbricada faz crer que a sua natureza não é exclusivamente sintáctica, sendo, como qualquer outro fenómeno sintáctico, passível de uma descrição e explicação transcategoriais.

A modalidade epistémica de que *crer* é marcador constitui um dado fundamental para uma explicação, no quadro da Teoria Formal Enunciativa, da forma como se comporta com a negação quanto integrado numa estrutura de subordinação. Em termos formais, a negação do valor epistémico é impossível: os valores modais de asserção estrita, positiva ou negativa, não podem combinar-se ou coexistir, ocorrem necessariamente em alternativa (cf. Campos, 1998: 265). Sendo positivas todas as modalidades, a modalidade epistémica não pode ser negada. *Não crer que P* (como *não pensar que P* ou *não julgar que P*) exprime ainda uma atitude empenhada do sujeito que é construído como fonte modal ( $S_1$ ) em face da validabilidade ou não de P, exprime ainda uma crença, uma convicção. *Não crer que P* é, aliás, não rejeitar a hipótese de se ter uma opinião sobre P (cf. Ratié, idem).

A constância do emprego do conjuntivo e a impossibilidade de uma alternância quanto ao modo do verbo da relação imbricada, quando se afecta a imbricante de uma modalidade negativa (conforme se verifica no enunciado (5)), é um fenómeno comum. A generalidade dos estudos sobre o conjuntivo, apresenta o seu emprego dependente (isto é, num contexto de subordinação) como podendo decorrer das restrições inerentes à unidade lexical (verbo ou adjectivo) da estrutura matriz, mas também como podendo ser condicionado pela introdução de uma modalidade negativa (ou de uma modalidade interrogativa) em estruturas subordinadas que têm um determinado tipo de predicado proposicional na estrutura matriz.

A possibilidade de, no enunciado (5), o verbo ao nível da imbricada ocorrer exclusivamente no conjuntivo explicar-se-á pelo facto de, à semelhança do que se passa no enunciado (3), o sentido negativo da orientação do conhecimento (*não creio que P*) só poder ser compatível com um conteúdo proposicional não assertado,

isto é, não construído como validado, mas sim como validável, na situação de enunciação em curso – validável, em virtude de (como dizíamos) a sua validação se dar por referência a outra situação de enunciação – constituindo um pré-construído.

Ainda no que diz respeito à equivalência semântica que se pode afirmar existir entre os enunciados (5) e (6), constate-se a possibilidade de o emprego do conjuntivo poder, na forma *crer que P* (6), alternar com o conjuntivo (enunciado (6')):

(6') Creio que isto não seja um parque de educação ambiental

A equivalência entre o enunciado (5) e o enunciado (6) parece-nos incontestável, mas como explicar enunciativamente a diferença em termos de força da negação (cf. Horn, 1975)? Em (6), o sentido positivo da orientação do conhecimento veiculado por *crer* é compatível com uma imbricada cujo verbo no modo indicativo marca a construção da relação predicativa em relação de localização com a situação de enunciação em curso e marca, portanto, a construção da não validação da relação predicativa em relação ao sujeito  $S_1$ . Consequentemente, neste caso, a negação apresenta, naturalmente, uma força maior, em comparação com (5). Isto é, o sujeito fonte modal ( $S_1$ ) está mais convicto do carácter não validável da relação predicativa imbricada, mais seguro da sua assertabilidade, não havendo, por isso, uma distanciação, e havendo, pelo contrário, uma actualização, de que o indicativo é uma marca.

Quando temos a forma transportada (5), a negação é mais fraca, apresenta uma menor força, marcando o conjuntivo que não se está perante uma asserção estrita, que o sujeito construído como fonte modal não se compromete com a não validação da relação imbricada, assumindo apenas a sua não validabilidade. O valor modal expresso pelo conjuntivo é associado ao grau de convicção menos forte que o sujeito evidencia face à asserção pré-construída, ou não construída. Marca, assim, a distanciação necessária quando ao enunciador interessa expressar dúvidas sobre, neste caso, a não validabilidade da relação predicativa imbricada.

A sequência (1') (cuja formação é duvidosa devido ao valor de alto grau de que verdadeiro é marcador), uma vez afectada de uma modalidade negativa ao nível da relação imbricante, converte-se num enunciado (5'),

(5') Não creio que isto seja um verdadeiro parque de educação ambiental

cuja boa formação se deve ao facto de a menor força da negação inerente à forma transportada da imbricada viabilizar a co-ocorrência com um valor estabilizado (alto grau), construído, em relação à fonte modal como não validável, em virtude da negação ao nível da imbricante e do conseqüente emprego do conjuntivo.

À semelhança do já observado a propósito dos enunciados (5) e (6), em virtude da subida da negação, a (5') equivalerá naturalmente (6'')

(6'') Creio que isto não é um verdadeiro parque de educação ambiental

É por ocorrer exclusivamente com o verbo da imbricada no conjuntivo, que a forma *não crer que P* (5) é dita paralela de *duvidar que P* (3) (cf. Suñer, 1990). Veja-se, por exemplo, como o enunciado (3) é parafraseável por *Não creio que o partido considere as autárquicas um ponto intermédio do mandato*. O inverso, não é, não entando, verdade. *Crer que P* marca um valor assertivo fraco e *Não duvidar que P* marca um valor assertivo forte, pelo que não constituem formas paralelas.

Apesar do paralelismo que resulta da possibilidade das construções *não crer que P* e *duvidar que P* poderem constituir paráfrases uma da outra, a negação inerente ao sentido negativo da orientação do conhecimento que caracteriza semanticamente *duvidar* (quando empregue num enunciado assertivo positivo, como em (3)) não equivale ao operador negativo *que*, na forma *não crer que P*, regista uma subida ou um transporte para a imbricada. Em (3), a não validabilidade da relação imbricada é marcada pelo verbo introdutor (*duvidar*). A construção da determinação modal do enunciado (3) contrasta, assim, com o que se passa no enunciado (5) em que – como já vimos – o carácter não validável da relação imbricada é marcado pelo operador de negação, que, apesar de lexicalmente realizado ao nível da imbricante, incide semanticamente sobre a imbricada, e se diz, por isso, transportado.

A negação, ao nível da imbricante, do verbo *duvidar* (enunciado (7))

(7) Não duvido que o partido considera / considere as autárquicas um ponto intermédio do mandato

inverte o sentido negativo que define intencionalmente *duvidar*, ao ponto de a forma *não duvidar que P* corresponder a um valor forte da asserção<sup>4</sup>. Daí que, além de poder apresentar uma relação imbricada construída como subjectivamente validável (verbo no conjuntivo), possa co-ocorrer com uma imbricada construída como subjectivamente validada – com o verbo no indicativo, portanto. São, aliás, muito frequentes os enunciados que atestam esta construção. Além de (7), resultante de manipulação, temos por exemplo: *Não duvido que a nova geração vai triunfar* (c. jorn.: dn-970316-out 1082); *Ninguém duvida que o Douro é um museu vivo* (c. jorn.: dn-970126-text13).

A não equivalência entre as formas *não duvidar que P* (ind./conj.) e *crer que P* (ind./conj.) evidencia que, naturalmente, o enunciado (7), onde se constrói um valor assertivo forte, não regista uma subida da negação: ou seja, não equivale ao enunciado (8):

(8) Duvido que o partido \*não considera / não considere as autárquicas um ponto intermédio do mandato

<sup>4</sup> Aliás, a negação de um valor escalar fraco produz um valor forte (cf. Horn, 1975).

## Conclusão

Em jeito de conclusão, apesar do paralelismo reconhecido, em termos dos valores modais construídos, entre *não crer que P* (conj.) e *duvidar que P* (conj.), o facto de a forma *crer que P* (ind./conj.) não equivaler, em termos de força assertiva, a *não duvidar que P* (ind./conj.), assim como o confronto entre a possibilidade de *não crer que P* (conj.) equivaler a *crer que não P* (conj.) (em virtude do fenómeno da subida ou transporte da negação) e a impossibilidade de *não duvidar que P* (conj.) equivaler a *duvidar que não P* (conj.) parece comprometer, em absoluto, a relação semântica de antonímia que, no interior do sistema linguístico do português, se atribui ao par dos lexemas *crer/duvidar*. Ambas as noções lexicais (/crer/ e /duvidar/) assumem configurações linguísticas (isto é, ganham valores de determinação) que se, por um lado, apresentam alguma estabilidade e viabilizam “antonímias ocasionais” (é o caso do paralelismo verificado), por outro lado, registam uma deformabilidade cuja previsibilidade exige que a sua descrição e explicação contemplem a complexidade como natureza constitutiva, pondo em causa, no limite, o seu funcionamento enquanto antónimos.

## Referências bibliográficas

- BORILLO, A.  
1982 “Deux aspects de la modalisation assertive; *Croire et Savoir*”, *Langages* 67: 33-53.
- CAMPOS, M. H. C.  
1998 *Dever e Poder. Um subsistema modal do português*, Lisboa, JNICT/FCG.
- CHERCHI, L.  
1983 “Sur la valeur explicative de la notion d’engagement”, *Modèles linguistiques* 9, Tome V, fascicule 1, : 63-79.
- CHUQUET, J.  
2001 “Modalité et subordination”, *Cahiers de recherche* T.8, Paris, Ophrys: 145-175.
- CHUQUET, J.; M. PAILLARD  
1988 “Le statut des auxiliaires modaux dans la phrase complexe en anglais contemporain”, *L’Auxiliaire en question, CERLICO 2*, Presses Universitaires de Rennes: 135-161.
- de COLA-SEKALI, M.  
1992 “Subordination temporelle et subordination subjective: quelques paramètres de mise en place des notions relationnelles de temps et de cause avec le connecteur polyvalent *since*”, in *CERLICO 5*, Presses Universitaires de Rennes.
- CULIOLI, A.  
1982 *Rôle des représentations métalinguistiques en syntaxe*, Université Paris VII / DRL, Coll. ERA 642 (também in CULIOLI, A. 1999: 95-113).  
1999 *Pour une linguistique de l’énonciation. Opérations et représentations* T.2, Paris, Ophrys.

- DESCHAMPS, A.  
1997 "Traitement énonciatif des paramètres des compléments propositionnels des verbes" in C. RIVIÈRE; M.-L. GROUSSIER (eds.) *La notion*, Paris, Ophrys: 60-74.
- le GOFFIC, P.  
1993 "Les subordinées circonstancielles et le classement formel des subordinées" in C. GUIMIER (ed.), *1001 Circunstants*, Presses Universitaires de Caen.
- HORN, L. R.  
1975 "Neg-raising predicates: Toward an explanation" in *Papers from the Eleventh Regional Meeting*, Chicago Linguistics Society: 279-294.
- SUÑER, M.  
1990 "El tiempo en las subordinadas" in I. BOSQUE; J. J. ACERO; A. L. GARCÍA; G. ROJO; M. SUÑER (eds.) *Tiempo y aspecto en español*, Madrid, Cátedra: 77-105.
- OLIVEIRA, T.  
2000 "Para uma abordagem enunciativa do conjuntivo" in R. V. de CASTRO; P. BARBOSA (orgs.), *Actas do XV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Vol. II, Braga, APL: 105-116.
- RATIÉ, M.  
1991 "Négation et verbes d'opinion", *Cahiers de recherche* T.5, Paris, Ophrys: 129-152.
- ROBERT, S.  
1991 *Approche énonciative du système verbal. Le cas du Wolof*, Paris, Editions du CNRS.
- 1995 "Aoristique et mode subordinatif: liens entre aspect et prédiction" in J. BOUSCAREN; J.-J. Franckel; S. ROBERT (eds.), *Langues et Langage, Problèmes et raisonnement en linguistique. Mélanges offerts à Antoine Culioli*, Paris, PUF: 373-389.
- VALENTIM, H. T.  
2002 "Verbos de opinião e verbos de conhecimento: dois aspectos da modalidade epistémica" in M. H. M. MATEUS; C. N. CORREIA (eds.), *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas* (número especial: Homenagem à Professora Maria Henriqueta Costa Campos), Lisboa, Edições Colibri: 541-547.
- WYLD, H.  
2001 Subordination et énonciation, *Cahiers de Recherche* (numéro spécial), Paris, Ophrys.